ARTHUR CHIORO

O controle do cigarro sob risco

▶ O sucesso das medidas antitabagistas é ameaçado por um decreto destinado a extinguir a comissão responsável pelas políticas da área

Não faz muito tempo, meninos começavam cedo a fumar para afirmar sua virilidade ou serem aceitos nos grupos. Lembro-me de cenas hoje consideradas impensáveis, tais como professores e alunos fumando compulsivamente em salas de aula ou nos laboratórios de anatomia ou histologia, no início dos anos 1980, quando cursei a faculdade de medicina. Ou médicos, enfermeiros e até pacientes fumando nos consultórios, recepções e salas de atendimento de urgência e hospitais.

Tabagistas ou não, éramos expostos à fumaça acumulada em aviões, ônibus e automóveis, bem como em bares, restaurantes e discotecas.

Logo conheci a outra face dessa moeda, nos ambulatórios e enfermarias onde pacientes enfrentavam as graves consequências do tabagismo, afetados por doenças cardiovasculares, respiratórias e diversos tipos de neoplasias, entre outras enfermidades causadas pelo tabagismo.

Mas muita coisa mudou desde então. O Brasil implementou uma exitosa política de enfrentamento ao uso do tabaco e seus derivados. Em 2015, durante a *16th World Conference on Tobacco or Health*, realizada em Abu Dabi, recebi, como ministro da Saúde, um prêmio oferecido ao Brasil por décadas de sucesso na prevenção e controle do tabagismo.

Essa política está fundamentada em quatro pilares essenciais. Em primeiro lugar, a política de preços mínimos para os cigarros e aumento da taxação (85%). Em segundo lugar, a proibição da propaganda comercial de tais produtos em todo o território nacional, sendo permitida apenas a exposição dos produtos nos locais de vendas, com advertências nos maços (100% em face frontal e 30% na outra face). Por fim, a proibição do fumo em ambientes fechados de uso coletivo, abolindo áreas para fumantes ou fumódromos; e o atendimento aos tabagistas pelo SUS, realizado por mais de 23 mil equipes de saúde da família nas Unidades Básicas de Saúde e oferta gratuita de medicamentos.

Os avanços que obtivemos no controle do tabaco nos últimos anos – com a redução da prevalência de tabagismo de 34,8% em 1989 para 12,6% em 2019, salvando milhares de vidas – se consolidaram também graças à excelência dos trabalhos conduzidos pela Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (Conicq).

A criação da Conicq, com presidência do ministro da Saúde e Secretaria-Executiva do Instituto Nacional de Câncer (Inca), efetiva o compromisso do Brasil ao ratificar a Convenção-Quadro para Controle do Tabaco (CQCT) da Organização Mundial da Saúde (OMS), ao lado de 181 países e União Europeia.

É a comissão que realiza a coordenação nacional da agenda governamental para o cumprimento do tratado. Seus membros compõem a delegação brasileira nas discussões técnicas para avanço das políticas públicas de tabaco nas sessões da Conferência das Partes (COP) e na reunião das Partes do Protocolo para a Eliminação do Comércio Ilícito de Produtos de Tabaco (MOP), cujos próximos encontros ocorrerão em novembro. Desde a sua criação, esse grupo tem tido papel fundamental junto ao Ministério das Relações Exteriores, de preparar e definir o posicionamento do governo brasileiro nessas reuniões.

O êxito acumulado no enfrentamento do tabagismo encontra-se sob risco. O Decreto nº 9.759/2019, do governo Bolsonaro, que extinguiu diversos colegiados no Brasil, ameaça a continuidade da política nacional de controle do tabaco.

Por mais que uma decisão cautelar do Supremo Tribunal Federal tenha embasado parecer da Advocacia-Geral da União no sentido de considerar que tal decreto não se aplica neste caso, é fundamental a publicação de decreto presidencial restituindo a Conicq e a presidência ao Ministério da Saúde.

O tabaco ainda leva à morte prematura perto de 161 mil pessoas por ano, além de causar impacto negativo na economia – da ordem de 92 bilhões de reais –, com tratamentos médicos e perda de produtividade. Com os custos indiretos de cuidados por familiares, a conta chega a 125 bilhões anuais. De acordo com dados da Pesquisa Nacional de Saúde Escolar, cerca de 30% dos estudantes entre 16 e 17 anos de idade experimentaram cigarro (Pense/IBGE-2019). O controle do tabagismo é ainda mais urgente no atual contexto, considerando que fumantes infectados pelo Coronavírus têm mais riscos de desenvolver um caso grave da Covid-19.

É preciso reconhecer a Conicq como o órgão legítimo para articular a implementação da Política Nacional de Controle do Tabaco. Sua imediata reconstituição é fundamental para evitar mais um agravo à saúde pública e honrar o compromisso de garantir o bem-estar da população brasileira. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO